9 Empreendedorismo Social na Biblioteconomia para Democratização do Acesso à Informação: para não Dizer que não Falei das Flores

Daniela Spudeit

Lançada em 1968 durante Festival Internacional da Canção, Geraldo Vandré lançava a música "Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores" cuja letra da música nos instiga a união popular, a ação diante dos problemas sociais e a importância de não esperar passivamente pelas mudanças pois quem sabe faz a hora, não espera acontecer (Vandré, 1968).

Nesse viés de união popular em prol de buscar soluções para problemas sociais que me embaso nesse texto. Historicamente ações de cunho social sempre existiram pois emergiram da necessidade de sobrevivência coletiva dos primeiros grupos humanos por meio da caça, coleta e controle do fogo resultando em divisões de trabalho e lideranças, formando as bases da organização comunitária e das primeiras civilizações.

No entanto, o conceito de ação social nasce nos estudos sociológicos do pesquisador alemão Max Weber (fim século XIX e XX) com base na teoria de que a sociedade estava em crescimento e grandes transformações advindas da revolução industrial. Cabe aqui diferenciar que ação social atualmente se relaciona a uma atitude que envolve outras pessoas na sociedade que interagem e colaboram entre si para atender necessidades coletivas, promover a justiça social e melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou seja, priorizar o bem-estar coletivo dentro do viés defendido por Conserva e Picornell-Lucas (2022) na obra "Teoria social e proteção social no século XXI" em que o debate sobre teoria social e das políticas sociais protetivas torna-se imprescindível no tocante à afirmação do direito à vida e à cidadania plena no século XXI.

Cabe destacar dois conceitos supracitados bem importantes: "justiça social" e "vulnerabilidade social" pois se relacionam diretamente com o "empreendedorismo social", objeto central de discussão desse texto. A justiça social é um conceito abordado dentro do âmbito da área da Psicologia Comunitária cuja atenção vem crescendo por meio da conscientização dos direitos humanos e do resguardo ao empoderamento de indivíduos, grupos e comunidades segundo Silva e Sarriera (2016).

Já a vulnerabilidade social advém da área da Sociologia Crítica no qual o termo amplia a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania. As ações profissionais no âmbito das políticas de saúde e assistência social e o imaginário social são forjados pela incorporação de conceitos que podem tanto reduzir quanto reforçar vulnerabilidades de acordo com Carmo e Guizardi (2018).

Nesse contexto, o conceito empreendedorismo social vem a contraponto dentro de outra área "Administração" que relacionava historicamente o empreendedorismo à exploração da matéria prima, de pessoas, de recursos e bens em prol de lucro, soberania e poder. Melo Neto e Froes (2002) diferenciam empreendedorismo tradicional e social demonstrando que o empreendedorismo tradicional é individual, produz bens e serviços para o mercado, sua medida de desempenho é o lucro,

foco no mercado, visa satisfazer as necessidades dos clientes e amplia potencialidades do negócio. Já o empreendedorismo social é coletivo, produz bens e serviços para a comunidade, sua medida de desempenho é o impacto social, foca na busca de soluções para os problemas sociais, visa resgatar pessoas da situação de risco social.

A partir dessas reflexões interdisciplinares percebe-se que para falar de empreendedorismo social precisamos conhecer diferentes teóricos que marcam não somente nossas práticas atuais em prol de um bem-estar coletivo, mas também de mudanças de paradigmas e formas de pensar a construção social da realidade.

Quando Berger e Luckmann (1966) publicaram o tratado de sociologia da sociologia também na década de 1960 (mesmo ano em que a música de Geraldo Vandré foi lançada) nos Estados Unidos, foi com o objetivo de relacionar antropologia, sociologia do conhecimento, a teologia e muitas outras áreas do saber. Os dois pesquisadores, ambos de formação teórica liberal humanista, estavam num período morno do pós-guerra no qual compartilham princípios importantes desse período nessa obra usando inclusive de base a teoria da ação social de Weber.

O ponto de partida de Berger e Luckmann (1966) é que o conhecimento orienta as ações no mundo, por isso eles colocam o conhecimento no centro do processo de construção social da realidade. Conhecimento aqui não é visto principalmente como sendo teorias, ideias elaboradas, visões de mundo ou teorias científicas, mas como todo tipo de conhecimento que incide sobre a forma de ver, interpretar e viver no cotidiano. Dessa forma, destaco que os autores relacionam a sociologia do conhecimento e a teoria sociológica no qual ressaltam em sua teoria o poder de intervenção dos sujeitos humanos. Ao adotar o conceito central de construção social da realidade, abrem perspectivas para projetos de transformação social.

Escrever, falar e agir em prol de projetos de transformação social, o que chamo de empreendedorismo social, é o viés desse texto em que foco nas ações bibliotecárias como forma de promover para a democratização do acesso à informação para todas as pessoas. Dessa forma, apresento relatos de boas práticas que venho investigando em meu projeto de empreendedorismo desde 2011 e apresento nesse livro breves resultados de quinze anos de pesquisa.

9.1 Relações entre justiça social, vulnerabilidade social e empreendedorismo social

Quando Geraldo Vandré enfatiza em sua música “caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não, nas escolas, nas ruas, campos, construções, caminhando e cantando e s seguindo a canção” (Vandré, 1968) ele nos convida a irmos juntos num mesmo propósito defendendo a união, a luta coletiva, a solidariedade, a resistência e busca dos direitos o que coaduna com princípios da justiça social que busca minimizar a vulnerabilidade social por meio de ações empreendedoras.

Na contramão da sociedade líquida de Bauman (2001), caracterizada pelo consumo, incertezas, relações fluidas e ambientes inconstantes, vemos profissionais protagonizando ações em prol de justiça para que todas as pessoas tenham acesso à alimentação, saúde, moradia, educação, trabalho.

Aqui uso o conceito de justiça defendido por Rawls (2000) que em seu livro ‘Uma ideia de justiça’ no qual ele associa a justiça como equidade para todos os povos. A justiça social é fruto constante de debate nas ciências sociais pois engloba a distribuição justa de recursos, o acesso igualitário a direitos

fundamentais como saúde e educação, e a garantia de participação democrática para grupos marginalizados.

Fraser (2001) ao tratar da justiça social aponta dilemas na era pós-socialista marcados por paradigmas voltados aos excessos nas batalhas por reconhecimento do que é justo ou não, quem precisa ou não, o que falta e para quem falta, e assim por diante como se a justiça social pudesse ser reduzida como aquilo que faz falta a um ou outros grupo. Para Fraser (2001) a justiça social emerge na forma como o Estado e as instituições dividem bens sociais essenciais (como renda, saúde e oportunidades) para diminuir disparidades reais entre os indivíduos, ampliar a inclusão ativa de pessoas excluídas por raça, gênero, classe ou deficiência e assegurar a voz nas decisões da comunidade já que isso é a base para o exercício pleno da cidadania e para a transformação de estruturas de poder vigentes na sociedade.

Na mesma corrente de Fraser (2001), Minussi e Ramos (2021) enfatizam que a justiça social está pautada em três dimensões (3R): Redistribuição, Reconhecimento e Representação, embora o termo seja atravessado pelas mudanças sociais, ganha características decorrentes das necessidades que os sujeitos sociais demandavam em suas vidas de acordo com as autoras. Assim, para elas cada abordagem da justiça social surge em um período distinto, reivindicando direitos distintos, para sujeitos, muitas vezes, distintos.

Pensar o conceito justiça social é uma tarefa árdua, já que tal termo não pode ser analisado de forma fechada e acabada, mas considerando o leque de possibilidades para quem sabe uma possível erradicação das desigualdades e injustiças. Nesse sentido, a justiça social é mais abrangente do que os direitos humanos, já que são necessários diversos fatores para uma vida plena. Também não basta a igualdade de oportunidades, uma vez que os sujeitos, por vezes, não possuem o mesmo ponto de partida para que essa disputa pelas oportunidades seja justa. Somente a redistribuição de bens não consegue atingir o patamar da justiça social, uma vez que há demandas relacionadas a outros elementos como o reconhecimento das minorias. Nesse sentido, a justiça social não deve ser limitada, mas globalizada, uma vez que é necessária uma articulação para que todos os sujeitos vivam em uma sociedade justa. Com isso, observamos que tal conceito abarca todos os elementos citados, mas não se restringe apenas a eles segundo Minussi e Ramos (2021).

Nesse viés que a vulnerabilidade social se pauta por depender de ações que promovam a justiça social. As pessoas passam por períodos de vulnerabilidade e ao estudar esse conceito vemos que ele amplia a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania segundo Carmo e Guizardi (2018).

Carmo e Guizardi (2018) explicam que o conceito de vulnerabilidade, observado nas produções teóricas sobre as políticas públicas e assistência social, evidenciam a conformação de um conceito em processo, mas, sobretudo, indicam a multiplicidade de fatores que determinam o fenômeno. O olhar para a integralidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade nada mais faz do que se alinhar à constatação de que estes sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens, possuem capacidades e se encontram em um estado de suscetibilidade a um risco devido à vivência em contextos de desigualdade e injustiça social. Assim, justiça e equidade na distribuição de riquezas, poder decisório e na estrutura de oportunidades são os horizontes para se romper com a ordem capitalista e buscar uma nova ordem societária, livre de discriminações e subalternizações de acordo com Carmo e Guizardi (2018).

Chamando para a prática do que fazer e como minimizar as consequências desta ordem capitalista e a promoção da justiça social para combater a vulnerabilidade social é que vemos nascer muitas iniciativas geridas por empreendedores sociais brasileiros como Bel Santos Mayer, fundadora da “A Banca”, uma cooperativa de mulheres empreendedoras de São Paulo que apoia mulheres de

baixa renda, oferecendo capacitação, mentoria e suporte para o desenvolvimento de seus negócios. Além disso, Bel é uma das gestoras da Rede LiteraSampa, formada por bibliotecas comunitárias espalhadas pelas periferias de São Paulo, Guarulhos e Mauá, no qual ela vê a literatura com uma ferramenta importante contra as desigualdades sociais. Foi o que aconteceu durante a pandemia, quando a ação dos 4 P (Pão, Proteção, Poesia e Plantio) mudou a vida de mais de 1.400 famílias proporcionando alimentação, produtos de higiene e máscaras, livros e hortas comunitárias.

Destaco também o trabalho primoroso de Adriana Barbosa, criadora da PretaHub [10], uma plataforma para impulsionar o empreendedorismo negro, oferecendo cursos de formação e troca de experiências entre empreendedores. A empresa atua como aceleradora e incubadora de iniciativas negras, aborda o racismo estrutural e as disparidades de gênero para promover o empreendedorismo com base nas oportunidades.

Outro grande exemplo de empreendedor social é Fábio Bibancos, fundador da Turma do Bem[11], uma organização que oferece tratamento odontológico gratuito para jovens de baixa renda em todo o Brasil, conhecida internacionalmente é a maior rede de dentistas voluntários do mundo formada por milhares de cirurgiões-dentistas que prestam atendimento odontológico gratuito a populações vulneráveis. A Turma do Bem já ajudou a tratar mais de 80 mil jovens em todo o país. Mas também não posso deixar de citar Tião Santos, fundador da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Tião Santos liderou uma campanha bem-sucedida para fechar o maior aterro sanitário da América Latina e transformou a Associação de Catadores em uma cooperativa de reciclagem bem-sucedida e participou do documentário premiado Lixo Extraordinário em 2011.[12]

Esses empreendedores geralmente são líderes empreendedores, com visão de negócios e habilidades de gerenciamento, mas também têm uma forte motivação para fazer a diferença em suas comunidades. Eles trabalham para criar organizações sem fins lucrativos, empresas sociais ou projetos que buscam atender às necessidades da comunidade de forma eficaz e com impacto social positivo.

Assim, vemos que empreendedorismo social está alicerçado no propósito de atuação de missão social, é um conceito que se refere ao processo de identificação de um problema social e à criação de soluções inovadoras e sustentáveis para resolvê-lo. Ao contrário dos empreendedores tradicionais, que buscam maximizar o lucro, os empreendedores sociais focam em maximizar o impacto positivo em uma comunidade ou em uma sociedade.

Percebe-se que o empreendedorismo social é "uma vertente do empreendedorismo, só que alicerçado no propósito de atuação de missão social" (Dees, 2002, p. 3), ou seja, o que difere entre o empreendedorismo e empreendedorismo social é a forma como ele é empregado, a demanda do social visa corresponder às emergências sociais, que tem como objetivo criar estratégias para solucionar e responder esses problemas a fim do benefício da sociedade através das ferramentas e conceitos teóricos e práticos utilizados no empreendedorismo comum.

Assim, os empreendedores sociais são pessoas que identificam problemas sociais, como a pobreza, a falta de acesso à educação, a falta de água potável ou a degradação do meio ambiente, e procuram encontrar soluções para esses problemas por meio de uma abordagem de negócios. Eles desenvolvem ideias criativas, inovadoras e sustentáveis que visam resolver esses problemas de forma eficaz e duradoura. De acordo com Rossini *et al*. (2006, p. 3) os empreendedores sociais são pessoas

10 Mais informações disponíveis em: https://feirapreta.com.br/category/pretahub/.

11 Mais informações disponíveis em: https://turmadobem.org.br/a-turma-do-bem/.

12 O documentário está disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=JLTY7t8c_x0.

"persistentes e possuem a habilidade de inspirar outras pessoas a trabalharem com eles. Se sentem responsáveis com a causa escolhida e possuem um sentimento de obrigação com os seus trabalhos e com as pessoas envolvidas".

O empreendedorismo social pode ser entendido como a utilização de mentalidade, processos, ferramentas e técnicas de empreendedorismo de negócios para atingir uma missão social ou ambiental (Kickul; Lyons, 2012). Para Rao (2015), o empreendedorismo social é um processo que envolve pessoas aplicando seus conhecimentos e experiência em benefício do outro, para colaborar, em direção a um objetivo além do lucro.

É uma abordagem inovadora que se concentra na criação de soluções para os problemas sociais e ambientais. Essa abordagem combina os princípios do empreendedorismo com a visão de mudança social, buscando criar valor não apenas para os investidores, mas também para a sociedade em geral. Agora vamos conhecer algumas iniciativas de empreendedores sociais na área de Biblioteconomia e ver como estes profissionais têm feito a diferença por onde passam demonstrando na prática que estas ações contribuem efetivamente na democratização da informação para todas as pessoas.

9.2 Boas práticas de experiências empreendedoras sociais no campo da biblioteconomia

Relatar boas práticas sociais de experiências empreendidas por pessoas bibliotecárias me emociona pois sabemos que é um trabalho de "formiguinha". Seria muito mais fácil e cômoda, os profissionais ficarem confortáveis nos seus templos em meio as volutuosas estantes em espaços salvaguardados por coleções de obras que transitam labirintos de sonhos e a promessa de mil vidas por vir. No entanto, existem almas sedentas por pessoas que saem dessa zona de conforto pois tem consciência que "pelos campos há fome em grandes plantações" como a canção de Geraldo Sodré e que sabem é preciso que profissionais comprometidos com seu fazer social expandam seu campo de atuação em lugares em que muitas vezes o poder público e a própria sociedade civil pouco olham, ou fingem não ver, como é o caso de comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, populações de rua, pessoas apenadas entre outras que se enquadram em grupos em situação de vulnerabilidade social.

O Manifesto de Florianópolis sobre competência em informação e as pessoas vulneráveis e minorias elaborado no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação publicado pela FEBAB (2013) define a competência em informação (*information literacy*) como um direito humano fundamental e indispensável para a democracia, a inclusão social e o exercício pleno da cidadania de grupos em desvantagem. Dentre os pontos importantes, esse manifesto aponta que o acesso e uso ético da informação são essenciais para a sobrevivência digna e o aprendizado contínuo, se caracterizando como um DIREITO HUMANO. Também cobra ações práticas de governos, bibliotecas, instituições e profissionais da informação, denotando a RESPONSABILIDADE SOCIAL da área e afins. Por fim, pauta-se na REDUÇÃO DE DESIGUALDADES ao focar na instrumentalização de minorias e populações vulneráveis para combater a exclusão digital, cultural e econômica.

O documento apresenta também recomendações como capacitação inclusiva para desenvolver programas de competência em informação voltados para as reais necessidades de comunidades marginalizadas, na necessidade de articulação política para engajar órgãos públicos na formulação de políticas de acesso à informação como premissa de justiça social e destaca o papel das bibliotecas para transformar espaços de leitura em centros ativos de apoio comunitário e integração social (FEBAB, 2013). Isso tudo tem ou não relação com justiça social?

Além disso, desde 2015 as instituições e governos tem um outro grande compromisso: a AGENDA 2030 da ONU que estará presente em vários capítulos desse livro pois foca em um agir local pensando de maneira global e integrada para desenvolver ações coletivas em prol da promoção da qualidade de vida, cultural, econômica ou ambiental no âmbito da sustentabilidade social por meio de 16 grandes objetivos para desenvolvimento sustentável (ODS). Dentre os vários objetivos chamo atenção para dois especificamente que tem relação direta com o fazer bibliotecário (ONU, 2015):

ODS 4 - Educação de qualidade: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade visando promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A IFLA (2017) coloca que os profissionais da informação e suas instituições devem cumprir esse objetivo mediante a provisão de equipes dedicadas que apoiem a educação na primeira infância (educação continuada), o acesso à informação e a pesquisa para estudantes em todo o mundo, promovam espaços inclusivos onde os custos não sejam uma barreira para adquirir novos conhecimentos e habilidades. É necessário desenvolver atividades e projetos voltados à formação de leitores, diversidade cultural, multiculturalismo, desenvolvimento da competência em informação, entre outros.

ODS 10 – Redução das desigualdades: Promover a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles. Para a IFLA (2017) os profissionais da informação e suas instituições podem promover espaços neutros e agradáveis que permitam a aprendizagem para todos, incluindo os grupos marginalizados, como os imigrantes, os refugiados, as minorias, os povos indígenas e pessoas com deficiência, além do acesso equitativo à informação que promova a inclusão social, política e econômica. Torna-se necessário que sejam realizadas ações que visem promover o respeito, a tolerância e inclusão de todos, pensando nas questões de gênero, sexualidade, raça, religião, cor, entre outros fatores que muitas vezes são usados de forma discriminatórias e precisam ser combatidos para promover a igualdade. Oficinas, encenações teatrais, cine-debates, palestras, exposições, entre outras atividades devem ser promovidas com essa finalidade dentro e fora dos espaços tradicionais.

No Brasil, é possível identificar profissionais da área da Informação que têm esse perfil empreendedor aliado a uma consciência social coletiva que desenvolvem atividades e projetos, de forma voluntária ou não, voltados à melhoria da educação, acesso à informação, promoção da leitura e da cultura.

Costa *et al*. (2026) analisaram a produção científica nacional sobre empreendedorismo social nas áreas de Biblioteconomia e Gestão da Informação. Foram identificados três eixos principais: a) Gestão de iniciativas sociais; b) Mediação da leitura com uso de elementos lúdicos; c) Acesso à informação para empoderamento social. Os resultados evidenciam o papel do bibliotecário como agente de transformação, destacando práticas voltadas à inclusão e ao desenvolvimento comunitário.

Gestão de iniciativas sociais e marketing de relacionamento: As diferentes iniciativas sociais encontradas referem-se às ações de incentivo à leitura, cultura ou práticas educativas realizadas em bibliotecas ou por bibliotecários em diferentes contextos sociais segundo Nascimento (2014), Lindemann (2019), Amaral e Gomes (2019), Barbosa, Sá e Santa Anna (2019), Souza e Spudeit (2019), Almeida (2012), Siqueira (2019), Silva (2022), Lino *et al*. (2024). Esses autores demonstram que a sustentabilidade e o crescimento de projetos sociais dependem de estratégias de gestão, parcerias sólidas e um efetivo marketing de relacionamento. A gestão de iniciativas sociais, articulada ao marketing de relacionamento, constitui-se como eixo estruturante para a sustentabilidade das ações.

Elementos lúdicos e mediação da leitura para inclusão e incentivo: Em ações empreendedoras sociais desenvolvidas em bibliotecas e/ou por bibliotecários em comunidades percebe-se um padrão central com o uso do lúdico para romper a resistência à leitura conforme Siqueira (2019), Lino *et al*. (2024), Lindemann (2019), Nascimento (2014), Pessoa (2004), Barbosa, Sá e Santa Anna (2019), Almeida

(2012), Mattos e Marcelino (2024). Estes autores ressaltam que ações lúdicas, tais como música, teatro, pintura, jogos, origami, contação de histórias atuam como um facilitador no processo de incentivo à leitura, tornando o ambiente mais inclusivo e atraente para novos leitores.

Acesso à informação para empoderamento e fortalecimento da identidade cultural em comunidades vulneráveis: A biblioteca, sob esta ótica, atua como um centro de cidadania onde o acesso à informação gera empoderamento, bem como apontado por Guterres, Rodrigues, Ferreira (2024), Souza e Spudeit (2019), Siqueira (2019); Lindemann (2019), Pessoa (2004), Almeida (2012), Marques e Marçal (2018). No contexto de vulnerabilidade a atuação dos profissionais da informação está diretamente vinculada à democratização do acesso à informação como forma de inclusão social e redução de desigualdades. A competência em informação, discutida entre a maioria dos autores, é o que permite ao cidadão em comunidades vulneráveis transitar da condição de receptor passivo para a de agente transformador de sua própria realidade cultural e social.

Além destes cases, não podemos deixar de citar o Clube Literário Tamboril[13] que surgiu em 2014 com o lema "O acesso à leitura não é um privilégio. É um direito humano". É mantido pela Associação Clube Literário Tamboril que é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que articula pessoas e parcerias para atender crianças, adolescentes, jovens e suas famílias com atividades culturais e formativas visando contribuir para o desenvolvimento humano, educacional, cultural e local, em municípios ribeirinhos do São Francisco na microrregião de Pirapora, no norte de Minas Gerais.

Tem a biblioteca comunitária Tamboril que é um centro cultural criado com o objetivo de promover o acesso ao livro, à literatura, ao conhecimento e à cultura em geral. O projeto beneficia crianças, jovens e adultos de Pirapora e Buritizeiro, tendo como público prioritário estudantes, educadores, idosos, deficientes físicos ou intelectuais, grupos minorizados e famílias de baixa-renda.

Além da biblioteca comunitária, o grupo organiza diversos pontos de leitura e promoção de atividades culturais, como saraus, rodas de conversa, exposições, lançamentos de livros, oficinas e sessões de contação de história, promove encontro de leitores, espaço de memória, entre outros.

Tem também a editora Tamboril que tem como principal atividade a editoração e publicação de livros literários de autores do Vale do São Francisco, além de promover a formação de escritores, ilustradores e outros profissionais envolvidos na cadeia de produção do livro. Assim, a editora atua no fortalecimento do setor e na profissionalização dos agentes envolvidos na produção e distribuição de livros de autores locais e regionais, cuja literatura retrata temas relevantes para as causas sociais e linhas de atuação da ONG, como a identidade, história e memória barranqueira; a literatura regional com protagonismo de personagens barranqueiros(as); a literatura infantil; a poesia e as questões socioculturais e ambientais emergentes. É importante destacar diferentes iniciativas voltadas ao protagonismo negro no qual busca destacar a literatura afro-brasileira e estrangeira, escrita por negros e onde o negro ocupa um papel de protagonista afim de desconstruir estereótipos e ampliar a representatividade de escritores e personagens negros que podem ser referências para crianças.

Tem também o "BookTruck –Biblioteca Itinerante" cuja experiência foi relatada pela própria Lindemann (2019) no artigo "Booktruck: relato de um case de empreendedorismo social por meio de um projeto de leitura em comunidades de vulnerabilidade social". O projeto almeja, a partir do acesso à informação na comunidade, contribuir para a formação de novos leitores; democratizar acesso à leitura em espaços públicos não formais e em instituições como asilos, abrigos e escolas; incentivar a leitura por meio de atividades de leitura e artísticas, visando à integração com a comunidade em que o cidadão está inserido, inclusive em lugares onde inexistem bibliotecas e escolas.

13 Mais informações disponíveis em: https://clubeliterariotamboril.com/

Faz-se urgente e necessário buscar soluções para que as pessoas de diferentes segmentos sociais tenham acesso à informação. Nesse sentido, a biblioteca itinerante surge como um instrumento de democratização da informação. Catia cita no artigo que o projeto só é possível por que há captação de recursos pela Lei Rouanet e diversas parcerias institucionais que apoiam a iniciativa.

Siqueira (2019) também relata sua experiência empreendedora para captar recursos e buscar parcerias para a Expedição Barco Biblioteca, projeto na área de leitura realizado nas comunidades ribeirinhas e indígenas da região metropolitana da cidade de Manaus, localizado no estado do Amazonas. O Amazonas ocupa o maior espaço territorial brasileiro e possui a particularidade do acesso a muitos dos seus municípios por meio dos rios, portanto, o transporte fluvial configura-se como principal meio de transporte a estes locais. Dessa forma, para chegar até as comunidades ribeirinhas que ficam às margens dos rios manauaras, foi pensado em uma ação cultural com foco na promoção do hábito da leitura, o acesso ao livro e a conscientização ambiental como ferramenta construtora de cidadãos críticos e responsáveis pelo entorno em que habitam.

Siqueira (2019) aborda aspectos de desenvolvimento de atividades de voluntariado, o papel do bibliotecário como empreendedor social e busca traçar algumas reflexões sobre a capacidade para atuação em comunidades vulneráveis e a importância de apresentar a leitura como hábito, elementos criativos e de inovação que podem e devem ser inseridos no contexto. Nas comunidades ribeirinhas e indígenas executa-se atividades lúdicas como: contação de histórias, leitura individual, teatralização e musicalização da história. Tal atividade apresenta-se como uma ação cultural empiricamente efetiva, na medida que se oferece como uma experiência de aprendizagem não-formal. Por fim, incentiva que mais bibliotecários possam executar atividades orientadas para as pessoas e descreve o passo a passo para que possa ser replicada essa preciosa iniciativa empreendedora.

Por fim, gostaria de relatar minha própria experiência como empreendedora social em uma biblioteca comunitária para pessoas em situação de rua. A biblioteca surgiu de um trabalho voluntário que eu desenvolvia desde 2017 na Passarela da Cidadania em Florianópolis que servia alimentação e hospedagem para pessoas que estavam pelas ruas. Com o tempo, outros serviços passaram a ser oferecidos no espaço gerenciado por uma ONG contratada via licitação pela Prefeitura, tais como assistência social, cursos, encaminhamento para o trabalho, atendimento médico e advocatício, entre outros.

Lá percebi a necessidade por livros das pessoas acolhidas, havia uma sede de leitura e uma grande quantidade de livros espalhados pelo local que elas mesmas catavam nas ruas e lixões. Assim, em março de 2022 iniciou o Programa de extensão "Libertas: acesso a informação e cultura"[14] que vinculei ao Departamento de Biblioteconomia da Udesc Florianópolis, onde atuo, para obter recursos para implementar a biblioteca comunitária com a ajuda das próprias pessoas lá abrigadas que tinham essa necessidade.

Em julho/2022 a Biblioteca Cidadã foi inaugurada em parceria com apoio de alguns colegas bibliotecários que contribuíram na organização física e técnica do acervo, bem como desenvolvimento de ações culturais e educacionais no espaço para democratizar a informação para todas as pessoas acolhidas que estavam em situação de vulnerabilidade social.

Dentro da perspectiva social inclusiva, Spudeit e Haugg (2023) relatam as atividades realizadas na Biblioteca Cidadã de Florianópolis promovidas por um grupo de bibliotecários voluntários que fazem atividades semanais que envolvem a organização técnica do acervo bem como intervenções literárias com pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social. Borges e Spudeit (2024) relatam

14 Mais informações disponíveis no Instagram: @bibliotecacidadafloripa.

essa experiência no trabalho "Educação como prática da liberdade: case na Biblioteca Cidadã de Florianópolis com foco nas pessoas em situação de rua" apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Estefany Souza, em 2025, realizou seu trabalho de conclusão de curso (TCC) nesta biblioteca e apresenta como a ações culturais desenvolvidas na Biblioteca Cidadã de Florianópolis podem possibilitar o acesso à informação para pessoas em situação de rua (Souza; Spudeit, 2025). Por fim, Maria Antônio, em 2025, também realiza seu TCC lá no qual investiga como as práticas de humanização desenvolvidas nas bibliotecas comunitárias, influenciam os impactos sociais gerados por essas instituições, com ênfase na Biblioteca Cidadã (Antônio; Spudeit, 2025).

Todos esses cases apresentados nessa seção demonstram inciativas de pessoas bibliotecárias empreendedoras sociais que muito mais do que apenas realizar ações de acesso e uso da informação, mobilizam recursos, instituições e pessoas, elaboram projetos, captam recursos, fazem planejamento, prestam contas, divulgam, articulando várias frentes para combater a vulnerabilidade social e promover a justiça social para todas as pessoas.

9.3 Alguns apontamentos

Começo essa seção final como "alguns" apontamentos pois como falei na introdução aqui apresento breves relatos de experiências e pesquisas sobre empreendedorismo social na Biblioteconomia nos últimos quinze anos. Ciente de que existem vários outros cases voltados ao empreendedorismo social na Biblioteconomia meu real desejo é que esse seja apenas mais um trabalho relatando boas práticas e que venham outros que evidenciem mais e mais pois há muita beleza e gentileza presente em nosso fazer social.

Na literatura é possível encontrar inúmeros trabalhos que abordem ações culturais e educacionais no âmbito social voltadas ao acesso e uso da informação como forma de preservação e disseminação cultural ou educacionais em bibliotecas e/ou desenvolvidas por pessoas bibliotecárias dentro das quatro paredes de suas instituições, porém quando se fala em empreendedorismo social na área vai muito além disso.

É importante diferenciar ações sociais desenvolvidas dentro de bibliotecas ou custeadas por instituições nos quais essas bibliotecas são subordinadas e realizadas em diferentes espaços internos e/ou externos e ações sociais promovidas por pessoas bibliotecárias sem nenhum (ou quase nenhum) tipo de vínculo, como é o caso de profissionais que escrevem projetos, buscam parcerias, captam recursos, participam de editais públicos, desenvolvem estratégias para sensibilizar e mobilizar pessoas e instituições diferentes em prol de um objetivo: acesso e uso da informação, seja por meio da cultura ou da educação como nos cases relatados aqui nesse texto na seção anterior.

Quando apresento aqui o conceito de empreendedorismo social na Biblioteconomia me refiro a esses profissionais que estão na "linha de frente" em comunidades ribeirinhas, em presídios, nas ruas, nas favelas, nas tribos indígenas, nos asilos, nos viadutos, praças ou comunidades quilombolas realizando ações para democratizar o acesso à informação. Minha querida Catia Lindemann chama atenção para essa "Biblioteconomia social" que ficou de lado por muitos anos e que vem reverberando com força após 2015 com a Agenda 2030 que nos convoca para esse compromisso junto às nações.

Muito mais do que ter ou não um vínculo institucional, pessoas bibliotecárias aqui apresentadas não "esperam" ou não se limitam por sua instituição para fazer acontecer. Pelo contrário, ao invés de buscarem desculpas, protagonizam suas carreiras pautadas na responsabilidade social e se diferenciam nos palcos da vida demonstrando o real sentido de "não deixar ninguém para trás". É com

muita alegria que vejo esse movimento pois sou de uma geração que muitos profissionais ainda estão acomodados em suas “bibliotecas” esperando os “usuários” virem até ela. Muitos profissionais aqui relatados foram na contramão disso e não se contentaram em “esperar” pois quem sabe faz a hora acontecer. Vem! Vamos embora juntos!

Referências

ALMEIDA, E. M. **Programa de bibliotecas rurais Arca das Letras no Rio Grande do Norte**. 2012. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/f8cb319a-45ff-49bb-ac9a-8fde69ca5583. Acesso em: 21 ago. 2026.

AMARAL, L. S.; GOMES, T. S. Empreendedorismo social e o marketing de relacionamento: estratégias na captação de novos associados para fidelização na Associação dos Bibliotecários do Estado de Goiás. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp. FIEB, p. 84-95, 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/109879. Acesso em: 21 ago. 2026.

ANTÔNIO, M. R.; SPUDEIT, D. F. A. de O. Entre livros e relações: a humanização como princípio nas bibliotecas comunitárias e seus impactos sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 30, n. 1, 2025. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/2241. Acesso em: 16 ago. 2026.

BARBOSA, A .G.; SÁ, J. P. S.; SANTA ANNA, J. Participação do bibliotecário na organização de eventos: o caso do lançamento de livros da Associação de Bibliotecários do Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 218-240, 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/127453. Acesso em: 21 ago. 2026.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1966.

BORGES, V. M. W.; SPUDEIT, D. F. A. de O. Educação como prática da liberdade: case na Biblioteca Cidadã de Florianópolis com foco nas pessoas em situação de rua. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...]. Recife: CBBD, 2024. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3297. Acesso em: 21 ago. 2026.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, [*s.l.*], 2018, v. 34, n. 3, e00101417. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 21 ago. 2026.

CONSERVA, M. S.; PICORNELL-LUCAS, A. (org.). **Teoria social e proteção social no século XXI**. João Pessoa: Editora UFPB, 2022. Disponível em: https://www.editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/view/1060/1013/11115. Acesso em: 21 ago. 2026.

COSTA, C. *et al*. Bibliotecários como agentes de mudança: práticas de empreendedorismo social na área da informação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 31., 2026. Curitiba, 2026. **Anais** [...]. Curitiba: CBBD, 2026. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2026/article/view/4433/3595. Acesso em: 21 ago. 2026.

DEES, G. J. **The meaning of social entrepreneurship**. Durham: Fuqua School of Business, 2002. Disponível em: https://www.fuqua.duke.edu/centers/case/documents/dees_SE.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

FEBAB. **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554. Acesso em: 21 ago. 2026.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. *In*: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001. p. 245-282.

GUTERRES, J. O. S.; RODRIGUES, K. O.; FERREIRA, V. B. Ações educativas de Competência em Informação em comunidade Quilombola. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2024. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3511/2936. Acesso em: 21 ago. 2026.

IFLA. **IFLA toolkit**: libraries, development and the United Nations 2030 Agenda. [S.l.]: IFLA, 2017. Disponível em https://www.ifla.org/publications/ifla-toolkit-libraries-development-and-the-united-nations-2030-agenda-revised-version-august-2017. Acesso em: 21 ago. 2026.

KICKUL, J.; LYONS, T. S. **Understanding social entrepreneurship**: the relentless pursuit of mission *in* an ever changing world. New York: Routledge, 2012.

LINDEMANN, C. BookTruck: relato de um case de empreendedorismo social por meio de um projeto de leitura em comunidades de vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 57-68, 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/109910. Acesso em: 21 ago. 2026.

LINO, L. A. S. *et al*. A biblioteca comunitária A Casa Amarela (BCA): mudança de uma realidade local por meio da realização de um sonho coletivo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2024. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3437/3023. Acesso em: 21 ago. 2026.

MARQUES, M. B.; MARÇAL, N. O 'novo' paradigma humanista da Ciência da Informação: estudo do caso da Bibliomóvel de Proença-a-Nova. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 13., 2018, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: BAD, 2018. Disponível em: https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1820. Acesso em: 21 ago. 2026.

MATTOS, E. F.; MARCELINO, S. Parcerias do projeto carro-biblioteca da UFOP com as escolas públicas de Ouro Preto: uma proposta de mediação de leitura. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 30., 2024, Recife. **Anais** [...].São Paulo: FEBAB, 2024. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3359/3081. Acesso em: 21 ago. 2026.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MINUSSI, V. P.; RAMOS, N. V. Justiça social: uma trajetória conceitual. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 64, p. 300-315, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052021000100300&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 ago. 2026.

NASCIMENTO, B. T. C. do. **O papel social do bibliotecário em áreas de influência indireta dos parques eólicos no Rio Grande do Norte**: implantação da Biblioteca Comunitária Mar e Terra. 2014. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/ef7e1967-2016-4639-9603-7880330785c0. Acesso em: 21 ago. 2026.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 21 ago. 2026.

PESSOA, V. de O. **O profissional da informação bibliotecário e sua atuação no âmbito da responsabilidade social nos centros de documentação da cidade de Natal/RN**. 2004. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/1782d4f5-676f-425d-b296-ec5e9b435081. Acesso em: 21 ago. 2026.

RAO, S. Renasce o imperador da paz. **Forbes**, [s.l.], v. 162, n. 5, 07 set. 1998.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

ROSSINI, L. *et al*. A criação de empreendimentos sociais reflete a atividade empreendedora nacional? Explorando as relações entre empreendedorismo convencional e social no Brasil. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 24., 2006, Gramado. **Anais** [...]. Gramado: Anpad, 2006. p. 155.

SILVA, C. L.; SARRIERA, J. C. Promover a justiça social: compromisso ético para relações comunitárias. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 380-386. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-03102015aop003. Acesso em: 21 ago. 2026.

SILVA, R. L. **A contribuição do empreendedorismo social no movimento associativo bibliotecário**: um estudo de caso na Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE). 2022. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17062. Acesso em: 21 ago. 2026.

SIQUEIRA, T. G. S. Ação cultural de mediação de leitura em comunidades ribeirinhas no estado do Amazonas: relato de experiência da Expedição Barco Biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 68-83, 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/109918. Acesso em: 21 ago. 2026.

SOUZA, C. S; SPUDEIT, D. F. A. de O. Empreendedorismo social na Biblioteconomia: análise da atuação bibliotecária em ações com foco na Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 3-22, jan. 2019. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/109924. Acesso em: 21 ago. 2026.

SOUZA, E. G.; SPUDEIT, D. F. A. de O. Ações culturais como forma de acesso à informação para pessoas em situação de rua. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 16, e-232303, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/232303. Acesso em: 16 ago. 2026.

SPUDEIT, D. F. A. de O.; HAUGG, K. A. Práticas inclusivas na biblioteca cidadã: um relato de experiência de atividades técnicas e literárias com pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2023. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1987. Acesso em: 16 ago. 2026.

VANDRÉ, Geraldo [Compositor e intérprete]. **Pra não dizer que não falei das flores**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1968. (6 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KdvsXn8oVPY. Acesso em: 21 ago. 2026.

Como referenciar esse capítulo:

SPUDEIT, Daniela. Empreendedorismo Social na Biblioteconomia para Democratização do Acesso à Informação: para não Dizer que não Falei das Flores. *In*: GERALDO, Genilson; INOMATA, Danielly Oliveira; ARAÚJO, Paula Carina de (org.). **Estudos Emergentes em Gestão e Ciência da Informaçã**o. Brasília: Editora Ibict, 2026. p. 131-143. DOI: 10.22477/9786582912603.cap9. Revisão: Edna Karina da Silva Lira; Patrícia Souza Santos de Rezende; Suelen Spíndola Bilhar.